



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

279
8

PROCESSO Nº 0202311-0

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

163

RECORRENTE: PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO QUE PRONUNCIOU O ORA RECORRENTE POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTES PARA LASTREAR A PRONÚNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 408, DO CPP. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Diante da presença de indícios de autoria e do convencimento do Juiz quanto à existência do crime, a sentença de pronúncia deve ser mantida, reputando-se presentes os requisitos gizados no art. 408 do CPP.
2. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0202311-0, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara

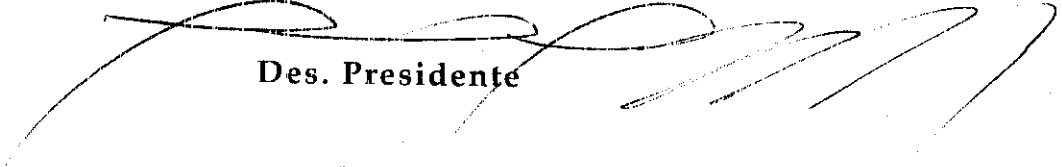
Criminal deste Tribunal de Justiça, sem discrepância de votos, em negar provimento ao recurso, devendo, pois, ser mantida a pronúncia do recorrente pelo crime capitulado no art. 121, §2º, I e IV do Código Penal, nos termos do voto do Des. Relator.

280

9

Recife, 3 de *junho* de 2010.

164


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0202311-0

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

165

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto por **PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA** em face da decisão de pronúncia de fls. 232/234, que julgou procedente a denúncia ministerial que lhe imputou a prática do crime previsto no art. 121, §2º, I e IV do Código Penal.

Foi oferecida denúncia em desfavor do recorrente onde consta o relato de que na noite do dia 13 de agosto de 2005, aproximadamente às 20:40 horas, na Rua Nova, nº 01, Nova Tiúma, na cidade de São Lourenço da Mata, os denunciados **Julio Cesar Gomes de Santana** e **Paulo César de Oliveira**, um pilotando uma moto, e o outro na garupa, pararam o veículo na frente da casa da vítima Paulo Ferreira da Silva, que se encontrava jogando videogame com um amigo, e sem que pudesse esboçar qualquer reação, foi atingida por vários disparos de arma de fogo, vindo a falecer diante da gravidade dos ferimentos produzidos.

Consta, outrossim, que meses antes do evento criminoso, os denunciados adentraram a residência da vítima e subtraíram alguns

pertences tendo, a referida vítima, procurado a Delegacia para efetuar uma queixa contra os mesmos, que, então, passaram a ameaçá-la de morte.

Às fls. 133 foi decretada a extinção da punibilidade com relação a Julio Cesar Gomes de Santana, em razão de sua morte (v. Certidão de Óbito colacionada às fls. 103).

O Juízo de 1º grau acolheu a inicial acusatória e pronunciou o réu Paulo César de Oliveira nas referidas penas.

166

O recorrente, através de defesa técnica, anexou suas razões do recurso às fls. 240/242, requerendo a impronúncia sob a alegação de inexistência de conjunto probatório a embasar a decisão de pronúncia.


O *Parquet*, nas contrarrazões às fls. 251/253, pugnou pelo não provimento do presente recurso em sentido estrito, requerendo a manutenção da decisão de pronúncia. Pleiteou, outrossim, que a mencionada decisão fosse reparada no que tange à tipificação do crime, fazendo constar o inciso I, § 2º do art. 121.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 267/270, opinando pela não procedência do recurso.

É O RELATÓRIO.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 20 de Janeiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0202311-0

281

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

D 167

RECORRENTE: PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

V O T O

Nas razões recursais de fls. 240/242, o recorrente argumenta que a prova testemunhal colhida no bojo dos autos é frágil, além do fato de que a decisão ora combatida está lastreada apenas na prova pericial e, por este motivo, requer a reforma da decisão impugnada com o fito de obter a impronúncia, nos termos do art. 409 do Código de Processo Penal.

O Representante Ministerial, em sede de contrarrazões, pugna pela manutenção da sentença de pronúncia.

Inicialmente, verifico que o Magistrado de 1º grau, por ocasião da capitulação do crime em testilha, não assinalou o inciso I do § 2º do art. 121 do Código Penal. Contudo, cuido que, por se tratar de mero erro material, a decisão não enseja qualquer reparo, tendo em vista que o Juízo fez clara referência ao mencionado dispositivo (motivo torpe) ao discorrer sobre a conduta do recorrente.

Evidenciada a materialidade do crime pela perícia tanatoscópica de fls. 51 e ilustrações fotográficas de fls. 52/54.

No tocante a autoria delitiva, apesar da negativa do recorrente, restou clara sua participação no evento criminoso. 282
A

As declarações das testemunhas, tanto por ocasião do inquérito policial, quanto na fase judicial guardam harmonia com o fato relatado na denúncia.

168

Ademais, emerge dos autos o fato de que dois ou três meses antes do cometimento do crime em análise, a vítima teria sofrido um furto em sua residência, pelo qual procurou a Delegacia. Tal conduta, então, teria motivado a ação delituosa do recorrente e co-réu. Infere-se, outrossim, que testemunhas relataram que a vítima recebia ameaça de morte por parte dos acusados.

A testemunha Geovani Silva da Cruz declarou perante a autoridade judicial às fls. 126:

"(...) encontrava-se em sua própria casa assistindo televisão quando escutou os tiros; saiu e já escutou os comentários na rua de que tinham matado PAULO; diziam que dois rapazes chegaram numa moto, tendo um deles descido e atirado, enquanto o outro permaneceu na moto; indo ele depoente à casa da vítima (...). Disseram, por comentários, que os autores foram JÚLIO CESAR E PAULO CESAR (...) Pelo que se conta, a vítima foi assassinada pelo fato de ter prestado uma queixa contra os mesmos acusados, acusando-os de um furto na casa daquela, em uma noite em que a mesma saiu para uma festa (...) levaram um aparelho de som; e segundo a própria vítima uma vizinha viu quando os dois entraram na casa e levaram o aparelho (...) A própria vítima dizia que estava sendo ameaçada por aqueles (...)"

Complementou (fls. 127):

"(...) Um ano antes da morte da vítima, na festa de agosto, quando aquela saiu com a mulher, deixando só a casa, entraram nesta e levaram um aparelho de som (...) depois esta veio a ficar sabendo que o furto foi praticado exatamente pelos dois acusados; o pessoal da rua viu e contou à vítima; a vítima então levou o caso à Polícia e com esta saiu em diligência para encontrar os autores e recuperar os bens, mas em vão. E um mês antes da morte, 'PAULINHO', como era conhecido o acusado PAULO CESAR, esteve preso, e a vítima, que também era conhecido como 'PAULINHO', foi chamada à Delegacia e reconheceu aquele como acusado do referido furto em sua casa; só que ele foi solto. (...)"

O próprio co-réu Júlio Cesar, quando inquirido pela autoridade policial, confirmou a prática do furto às fls. 25. 283

Existindo, portanto, indícios suficientes de materialidade e autoria, não há que se cogitar de ilegalidade na sentença de pronúncia.

Além disso, é cediço que para a pronúncia do réu são necessários apenas os pressupostos estabelecidos no art. 408 do CPP, ou seja, convencimento do juiz quanto à existência do crime e presença de indícios de autoria, pois esta decisão constitui mero juízo de admissibilidade da acusação, fundada em suspeita e não em certeza. Satisfeitos aqueles requisitos, deve o acusado ser pronunciado. A propósito, observe-se o seguinte precedente:

169

TJSP: "Pronúncia – Crimes dolosos contra a vida – Suficiência da comprovação da materialidade delitiva e da presença, nos autos, de indícios de quem tenha sido o seu autor para a admissibilidade da sentença – Inteligência do art. 408 do CPP. (...) Nos termos do art. 408 do CPP, para a admissão da sentença de pronúncia em sede de crimes dolosos contra a vida, basta a comprovação da materialidade delitiva e a presença, nos autos, de indícios de quem tenha sido o seu autor" (RT 779/573).

Na verdade, mesmo que se entenda que há dúvida quanto ao fato delituoso, esta deve ser resolvida *pro societate*, ou seja, deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, que é o Juiz natural da causa, devendo o réu, neste caso, ser pronunciado, conforme pacífico entendimento jurisprudencial, como se vê:

TJSP: "A decisão de pronúncia é de mera admissibilidade do juízo, onde impera o princípio do in dubio pro societate, ou seja, que em caso de dúvida esta deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, Juiz natural da causa" (RT 729/545).

Logo, em consonância com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento ao presente**

recurso, devendo, pois, ser mantida a pronúncia do recorrente pelo crime capitulado no art. 121, §2º, I e IV do Código Penal. 284

É O COMO VOTO. 9

Recife, } de *junho* de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator

170